TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisição de máquinas contadoras de cédulas de dinheiro

Em 24/07/2020

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	OBJETO	1
3.	CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	2
4.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	4
5.	DA NÃO OPÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	7
6.	DA NÃO INCIDÊNCIA DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.	7
7.	DA INAPLICABILIDADE DA RESERVA DE COTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	7
8.	DA INAPLICABILIDADE DE RESERVA DE COTA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 7	
9.	DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA	8
10.	DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	8
11.	DOS PRAZOS	8
12.	DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO.....	9
13.	DA GARANTIA.....	11
14.	DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.....	11
15.	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	12
16.	DA FISCALIZAÇÃO	14
17.	DAS PENALIDADES	14
18.	EQUIPE DE ELABORAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO.....	18

1. INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência visa subsidiar a aquisição de máquinas contadoras de cédulas de dinheiro para utilização pela Divisão de Inteligência da Coordenadoria de Segurança e Inteligência.

2. OBJETO

Lote	Especificação	Quantidade
01	<p>Máquina contadora de cédulas com velocidade de contagem de no mínimo de 1.200 cédulas por minuto; com capacidade de depósito de entrada mínima de 300 cédulas e de saída mínima de 200 cédulas; Detecção de cédulas suspeitas (detecção de falsificação) através de sensores:UV(Ultraviolet detection);MG(Magnetism detection); MT(Metal thread detection);IR(Infrared image detection); Níveis de ruído inferiores a 64dB; Capacidade de contar notas estrangeiras (no mínimo Dólar e Euro); Capacidade de contabilizar o valor total das notas, além da quantidade; Voltagem 110/220v- Bivolt automático; Capacidade de receber notas de diferentes tamanhos e espessuras; Reconhecimento automático da Família Nova e Velha de Real, dinheiro junto ou separado; Leitura de número de série para Dólar e Euro; e peso máximo de 15 Kg.</p> <p><u>Produtos de Referência:</u></p> <p>Validadora Cédulas <u>HUK H-380</u>, <u>Countertech BCS-160</u> Contadora de Cédulas e <u>Unimax Trading V4</u></p>	01
02	<p>Máquina contadora de cédulas com velocidade de contagem de no mínimo de 1.200 cédulas por minuto; Capacidade de depósito de entrada mínima de 300 cédulas e de saída mínima de 200 cédulas; Detecção de cédulas suspeitas (detecção de falsificação) através de sensores:UV(Ultraviolet detection);MG(Magnetism detection); MT(Metal thread detection);IR(Infrared image detection);</p>	01

	<p>Níveis de ruído inferiores a 60dB; capacidade de contar notas estrangeiras (no mínimo Dólar e Euro); capacidade de contabilizar o valor total das notas, além da quantidade; Voltagem 110/220v- Bivolt automático; Capacidade de receber notas de diferentes tamanhos e espessuras; Peso máximo de 6 Kg; Reconhecimento automático da Família Nova e Velha de Real.</p> <p><u>Produtos de Referência:</u></p> <p>Countertech BC-55 Contadora de Cédulas</p>	
--	--	--

3. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Em conformidade com o que disciplina a Resolução GPGJ nº. 2.234 de 16 de agosto de 2018, em seu artigo 5º, inciso IX, alínea *b*, a Coordenadoria de Segurança e Inteligência do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro possui em sua estrutura uma Divisão de Inteligência e, dentre as ramificações existentes, há a Gerência de Operações.

Assim, através da referida Gerência, a CSI presta apoio operacional a diversas operações policiais, sejam iniciadas pelos órgãos de execução do *Parquet* fluminense, seja em parceria com outros órgãos públicos ligados à área de segurança pública, tendo em vista sua condição de Agência de Inteligência, integrada ao Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SISPERJ), na qualidade de Agência Afim.

Durante as operações, dentre os vários vestígios arrecadados, é comum a localização de cédulas de dinheiro, em moeda nacional e estrangeira, potencialmente vinculadas à prática de infrações penais, razão pela qual o montante localizado precisa ser arrecadado, contabilizado e depositado em uma conta judicial.

Essa atividade de contagem de dinheiro vem sendo feita, costumeiramente, de maneira manual, circunstância que reclama muito tempo e esforço dos agentes envolvidos na operação, atrasando o encerramento da diligência.

Não obstante, ultimamente, tem-se verificado o aumento do volume de dinheiro que é localizado nas operações, ocultado com o fim de escapar dos mecanismos de fiscalização do Estado que, em razão da evolução tecnológica, são a cada dia mais eficazes.

Nesse sentido, é possível destacar exemplos noticiados nos veículos de comunicação, dentre vários outros, como a Operação Para Bellum, realizada pela Polícia Federal, no Estado do Pará, em junho de 2020, que resultou na apreensão de R\$ 750.000,00, escondidos numa caixa térmica; a Operação Fausto, igualmente realizada pela Polícia Federal, que resultou na apreensão de R\$ 7 mil reais, em julho de 2020, escondidos num colchão; ou mesmo o desdobramento da operação Mercadores do Caos, que contou com o apoio técnico-operacional da CSI, que resultou na apreensão de R\$ 8,5 milhões de reais em dinheiro, em julho de 2020, escondidos num imóvel vinculado a um dos investigados.

Em que pese a apreensão de quantias vultuosas como as supramencionadas não integrem a rotina de trabalho da Coordenadoria de Segurança e Inteligência, sinaliza uma tendência de ocultação de dinheiro pelos investigados em móveis, automóveis e imóveis.

Deste modo, revela-se necessária a aquisição de equipamento que confira maior eficiência ao trabalho desenvolvido pelos agentes, reduzindo o tempo de conclusão das diligências e proporcionando maior segurança no dimensionamento da quantia apreendida.

Além do mais, algumas máquinas de contagem usam uma combinação de diferentes métodos, incluindo ultravioleta, infravermelho, magnético e reconhecimento de imagem, para garantir que apenas as notas bancárias originais sejam contadas para um total preciso.

Assim, foi realizado um estudo de mercado que contemplasse dois tipos de equipamentos: um destinado a permanecer baseado nas instalações físicas da Coordenadoria de Segurança e Inteligência, com dimensões físicas mais robustas e funcionalidades adicionais que proporcionam um análise mais sofisticada das cédulas; e outro com dimensões físicas menores, permitindo seu deslocamento quando se revelar conveniente a contagem do dinheiro apreendido em local diverso da sede da CSI.

Diante do exposto, foram avaliados alguns requisitos mínimos para definir as especificações técnicas de um equipamento que atenda às necessidades da Coordenadoria de Segurança e Inteligência, anteriormente mencionadas, quais sejam:

Velocidade de contagem	Capacidade
Detecção de falsificação	Níveis de ruído
Capacidade de contar notas de real, dólar e euro	Capacidade de contabilizar o valor total das notas, além da quantidade
Voltagem	Capacidade de receber notas de diferentes tamanhos e espessuras
Peso	X

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Lote 01: Produtos de Referência:

Validadora Cédulas HUK H-380, Countertech BCS-160 Contadora de Cédulas e Unimax Trading V4X

Máquina contadora de cédulas com as seguintes especificações técnicas mínimas:

1. Velocidade:

Contagem de no mínimo de 1.200 cédulas por minuto.

2. Capacidade:

Possuir depósito de entrada com capacidade mínima de 300 cédulas.
Possuir depósito de saída com capacidade mínima de 200 cédulas.

3. Detecção de falsificação:

Detecção de Cédulas suspeitas através de sensores:

UV (Ultraviolet detection);
MG (Magnetism detection);
MT(Metal thread detection);
IR (Infrared image detection).

4. Níveis de ruído

Inferior a 64dB

5. Capacidade de contar notas estrangeiras

No mínimo contar Real (Família Nova e Família Velha), além das notas estrangeiras Dólar e Euro.

6. Capacidade de contabilizar o valor total das notas, além da quantidade

7. Voltagem

110/220v- Bivolt automático

8. Capacidade de receber notas de diferentes tamanhos e espessuras

9. Peso

Máximo de 15 Kg

10.Reconhecimento automático da Família Nova e Velha de Real, dinheiro junto ou separado

11.Leitura de número de série para Dólar e Euro.

Lote 02: Produto de Referência:

Countertech BC-55 Contadora de Cédulas

Máquina contadora de cédulas com as seguintes especificações técnicas mínimas:

1. Velocidade:

Contagem de no mínimo de 1.200 cédulas por minuto.

2. Capacidade:

Possuir depósito de entrada com capacidade mínima de 300 cédulas.

Possuir depósito de saída com capacidade mínima de 200 cédulas.

3. Detecção de falsificação:

Detecção de Cédulas suspeitas através de sensores:

UV (Ultraviolet detection);

MG (Magnetism detection);

MT(Metal thread detection);

IR (Infrared image detection).

4. Níveis de ruído

Inferior a 60dB

5. Capacidade de contar notas estrangeiras

No mínimo contar Real (Família Nova e Família Velha), e as moedas estrangeiras Dólar e Euro.

6. Capacidade de contabilizar o valor total das notas, além da quantidade

7. Voltagem

110/220v- Bivolt automático

8. Capacidade de receber notas de diferentes tamanhos e espessuras

9. Peso

Máximo de 6 Kg

10. Reconhecimento automático da Família Nova e Velha de Real

5. DA NÃO OPÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A aquisição que ora se pretende promover não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no artigo 2º da Resolução GPGJ nº. 2.264/2018 que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro e indica as hipóteses em que, preferencialmente, será adotado referido Sistema.

6. DA NÃO INCIDÊNCIA DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Considerando o disposto no artigo 48, inciso III, da Lei Complementar 123/2006, que regulamenta o comando constitucional contido no artigo 179 da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como o disposto na Resolução GPGJ 2.058/2016, que possui igual desiderato, não se vislumbra possibilidade de reserva de cota de até 25% do objeto da contratação destinado a microempresas e empresas de pequeno porte.

Objetiva-se adquirir apenas 01 unidade do equipamento em cada lote, circunstância que torna materialmente impossível a reserva de cota.

7. DA INAPLICABILIDADE DA RESERVA DE COTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Em que pese o disposto na lei estadual 4.340/2004 e na Resolução GPGJ 2.037/2016, o comando normativo contido nestes diplomas não é compatível com objeto de aquisição no presente Termo de Referência, por não se tratar de contrato de prestação de serviços de mão de obra residente.

8. DA INAPLICABILIDADE DE RESERVA DE COTA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Apesar do disposto na lei estadual 7.382/2016, o comando

normativo contido neste diploma não é compatível com objeto de aquisição no presente Termo de Referência, por não se tratar de contrato de prestação de serviços de mão de obra residente.

9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

As propostas devem indicar a descrição do produto, precisar o valor unitário e o global.

Nos preços cotados deverão estar inclusos todas as despesas de custo, fretes, transporte, armazenagem, carga, descarga, seguro, impostos, taxas, diárias, testes, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento e instalação dos materiais deste Termo de Referência.

Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Termo de Referência, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

10. DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

O critério de adjudicação a ser utilizado será o de menor preço total por lote.

11. DOS PRAZOS

Os prazos para cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência serão regidos pelas disposições a seguir, ressalvadas as disposições específicas que disciplinam o regime de penalidades, que contarão com disciplina própria:

Dos prazos em geral

Os prazos serão contados em dias úteis e terão como termo inicial o dia útil seguinte à confirmação de recebimento de notificação, em sentido amplo, efetuada pelo contratante.

Caso a contratada não confirme o recebimento da notificação, o prazo terá início 02 (dois) dias úteis após o envio da notificação promovida pelo

Contratante.

Dos prazos de entrega

O produto deverá ser entregue **em até 30 (trinta) dias úteis**, contados da data do recebimento da nota de empenho.

O material deverá ser entregue na Coordenadoria de Segurança e Inteligência do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, situado na Av. Marechal Câmara, 350, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, sem qualquer ônus para a contratante referente a encargos sobre frete e/ou seguro.

A empresa deverá comunicar ao MPRJ, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega do produto, através do e-mail csi.contratos@mprj.mp.br.

12. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

Da aceitação e recebimento:

A aceitação e o recebimento do produto observarão os seguintes termos:

Os produtos deverão ser novos e entregues acondicionados em embalagens adequadas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.

Qualquer produto será recusado parcial ou inteiramente nas seguintes condições:

- a) Caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora;
- b) Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;
- c) Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.

Nos casos de recusa do produto, a empresa contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pelo CONTRATANTE.

O recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho dos materiais de reposição fornecidos, cabendo-lhes sanar quaisquer irregularidades ou omissões detectadas quando de sua utilização.

O recebimento e aceitação do objeto de licitação obedecerão ao disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei 8.666/93. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, o objeto deste contrato será recebido da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e FISCALIZAÇÃO, quando da entrega do produto;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, mediante termo que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

A aceitação em definitivo não exclui a responsabilidade civil do fornecedor, por vícios de quantidade, de qualidade ou técnicos do material (aparentes ou ocultos) ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

O material deverá ser entregue acompanhado da respectiva nota fiscal e cópia da nota de empenho.

O atesto das notas fiscais/faturas referente ao fornecimento caberá ao servidor designado para esse fim, com respaldo no Termo de Aceitação.

Do pagamento

A fase de pagamento observará as seguintes disposições:

O pagamento ocorrerá, mediante apresentação da Fatura ou Nota Fiscal pela contratada, quando do recebimento definitivo do produto, devidamente atestado pela fiscalização.

As formas de pagamento são as usuais do Estado, por intermédio do processo de fatura, em conformidade com a Lei 287/79 e Decreto nº

16.661/91, mediante crédito em conta-corrente, dando-se como liquidada a obrigação após o efetivo crédito da contratada;

A respectiva nota fiscal/fatura estará devidamente discriminada, em nome do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 28.305.936/0001-40;

Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou da nota fiscal, ou documentos exigidos como condição para pagamento por parte da Contratada, importará no consequente atraso da liquidação da obrigação do Contratante;

Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação obrigação financeira imposta à Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência.

13. DA GARANTIA

A garantia contratual deve cobrir a substituição do produto, caso venha a apresentar defeitos e/ou vícios decorrentes de sua fabricação.

A CONTRATADA deverá apresentar o prazo de garantia mínimo 12 (doze) meses, a contar da entrega do material.

Na hipótese de a CONTRATADA identificar ser necessária a substituição do produto, o prazo de que disporá será de 30 (trinta) dias úteis.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Contratante deverá observar as seguintes obrigações, sem prejuízo de outras legalmente previstas:

- ◆ Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Termo de Referência;
- ◆ Verificar minuciosamente a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- ◆ Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido;

- ◆ Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através do servidor especialmente designado;
- ◆ Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital, desde que sejam observadas as condições contratuais, reservando-se ao direito de recusar-se a atestar Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, o material não estiver de acordo com a descrição apresentada e aceita;
- ◆ Aplicar as sanções, conforme previsto no contrato.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deverá observar as seguintes obrigações, sem prejuízo de outras legalmente previstas:

- ◆ Cumprir todas as obrigações constantes do Edital e sua proposta, assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto;
- ◆ Entregar o objeto do contrato, conforme especificado e dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, em embalagem original do fabricante;
- ◆ Responsabilizar-se pelo transporte do material e deslocamentos necessários à entrega e execução da garantia;
- ◆ Fornecer manual de utilização do equipamento em língua portuguesa;
- ◆ Reportar à FISCALIZAÇÃO, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a entrega do produto;
- ◆ Responder, por escrito, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica, pertinentes a entrega do objeto, que eventualmente venham a ser solicitados pela FISCALIZAÇÃO, sempre que não houver prazo específico previsto neste Termo de Referência;

- ◆ Colocar à disposição do Ministério Público todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o especificado no Termo de Referência;
- ◆ Prestar garantia, conforme estabelecido neste Termo de Referência;
- ◆ Não divulgar nem permitir a divulgação, sob qualquer hipótese, das informações a que venha a ter acesso em decorrência dos serviços realizados, sob pena de responsabilidade civil e/ou criminal;
- ◆ Manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- ◆ Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência;
- ◆ Utilizar, na execução do objeto do contrato, somente pessoal em situação trabalhista, previdenciária e securitária regulares, bem como de boa conduta profissional, quando nas instalações do CONTRATANTE;
- ◆ Responsabilizar-se civilmente pelos danos causados diretamente à Administração, a terceiros ou a seus próprios funcionários, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade a FISCALIZAÇÃO ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- ◆ Todas as questões, reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perdas e danos ou indenizações oriundas de danos causados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte do CONTRATANTE;
- ◆ No caso em que a CONTRATADA venha, como resultado das suas operações, danificar áreas públicas ou de terceiros, ela as deverá recuperar, deixando-as em conformidade com o seu estado original;

- ◆ Observar as orientações do Órgão Fiscalizador do contrato, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

16. DA FISCALIZAÇÃO

O órgão fiscalizador deste contrato é a Coordenadoria de Segurança e Inteligência, por intermédio da Gerência de Operações/DINT ao qual incumbirá o aceite e fiscalização do cumprimento das obrigações discriminadas neste Termo de Referência, bem como a resolução de eventuais intercorrências que sejam verificadas no curso da execução do contrato, sendo tudo comunicado à Administração.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei no 8.666, de 1993.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, o material objeto deste Termo de Referência não estiver de acordo com a descrição apresentada.

17. DAS PENALIDADES

O regime de penalidades decorrentes da inadequada execução do contrato observará a disciplina abaixo delineada, sem prejuízo da apuração de perdas e danos e outras sanções previstas na lei civil.

Serão consideradas infrações administrativas as seguintes condutas praticadas no decorrer da contratação:

- 1) Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- 2) Apresentar documentação falsa;
- 3) Comportar-se de modo inidôneo;
- 4) Cometer fraude fiscal;
- 5) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

A prática das condutas anteriormente mencionadas sujeitará a Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes penalidades:

- 1) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 2) Multa;
- 3) Suspensão temporária da faculdade de licitar e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 4) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- 5) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da lei;
- 6) Sanções previstas no artigo 6º, incisos I e II, da Lei 12.846/2013.

A espécie de penalidade aplicada será definida por órgão próprio do Ministério Público, orientando-se pela gravidade da infração contratual, fundamentadamente apontada pelo Fiscal do Contrato, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, sempre observados os princípios da proporcionalidade, contraditório e ampla defesa.

No que tange à pena de natureza pecuniária, considerando sua repercussão sobre o patrimônio da Contratada, deverá ser observado o seguinte regime:

Multa

A pena de multa será aplicada em decorrência da mora da Contratada no adimplemento de obrigação contratualmente prevista, bem como nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato.

- **Multa moratória:**

A multa moratória será graduada conforme a tabela abaixo, por dia útil de atraso injustificado no adimplemento de qualquer obrigação imposta à Contratada no presente Termo de Referência, até o limite máximo de 20 (vinte) dias úteis de mora. O valor da multa será calculado considerando o valor total do contrato, atualizado monetariamente

Dias úteis em atraso	Percentual de Multa Aplicável
----------------------	-------------------------------

01 a 10	0,5% ao dia
11 a 20	1% ao dia

- **Multa por inexecução parcial ou total:**

Decorrido o prazo máximo considerado como mora no cumprimento da obrigação, 20 (vinte) dias úteis, o contrato será considerado não executado, podendo a inexecução ser parcial ou total.

A caracterização da inexecução do contrato não será precedida, necessariamente, de mora da Contratada, podendo ser constatada imediatamente após a conduta infratora, a depender da gravidade e repercussão sobre o objeto do contrato.

A inexecução será considerada total quando a parcela do contrato não adimplida inviabilizar sua conclusão, e parcial quando, diante das condições do caso concreto, for possível prosseguir na execução do ajuste mediante aplicação de penalidade menos gravosa.

O Fiscal do contrato deverá elaborar informação circunstanciada dos fatos ocorridos de modo a oferecer subsídios ao órgão competente para determinar a natureza da inexecução.

A multa por inexecução total ou parcial do contrato será graduada conforme a gravidade da infração, no percentual de 30% do valor total do contrato ou do empenho, na hipótese de inexecução total, ou de até 15% do valor total do contrato ou do empenho, na hipótese de inexecução parcial.

A aplicação de sanção de multa pode ser aplicada isolada ou conjuntamente com as demais penalidades previstas.

A sanção pecuniária poderá ser reduzida equitativamente pela autoridade administrativa competente caso revele-se desproporcional no caso concreto, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Contratada.

Se o valor a ser pago não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da comunicação formal efetuada pelo Contratante;

Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, o mesmo será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

18. EQUIPE DE ELABORAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO.

ELABORADO POR

Nome/Órgão	Em	Assinatura
Integrante técnico Cláudio Santos Gerência de Operações/CSI	___ / ___ / ____	
Integrante Administrativo Ricardo Vianna de Sousa Assessoria de Convênios e Contratos/CSI	___ / ___ / ____	

GESTOR DO CONTRATO

Nome/Órgão	Em	Assinatura
Cláudio Santos Gerência de Operações/DINT	___ / ___ / ____	

AUTORIZADO POR

Nome/Órgão	Em	Assinatura
Elisa Fraga de Rego Monteiro Coordenadoria de Segurança e Inteligência	___ / ___ / ____	